



4104 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT12 - Currículo

Ação política: considerações a partir da Teoria da Atuação de Stephen Ball
Gláucia Maria dos Santos Cordeiro - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
Carla Patricia Acioli Lins - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

O presente estudo tem como objetivo problematizar noções que se destacam nos estudos de Ball e seus colaboradores, com relação à teoria da atuação e a abordagem do ciclo de políticas. Para tanto, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica. Assim, tendo em vista as leituras realizadas, são tecidas algumas considerações sobre o conceito de ação política, que compreende a instituição escolar como instância produtora de políticas. Através da teoria da atuação torna-se possível pensar a escola como espaço de criação e re-significação de práticas e políticas a partir da própria dinâmica que a compreende, e dos sujeitos/agentes que nela atuam.

Palavras-chave: Ação política, Teoria da Atuação, Ciclo de políticas.

Ação política: considerações a partir da Teoria da Atuação de Stephen Ball

Introdução

Por intermédio de uma pesquisa ainda em curso, em nível de mestrado, que versa sobre a avaliação escolar vista sob a ótica do protagonismo dos sujeitos escolares; vimos que as investigações e discussões teóricas propostas por Stephen Ball apresentam-se no campo educacional como referências fundamentais ao entendimento da atuação política dos sujeitos/agentes escolares, e possibilidade de criação de políticas avaliativas nas escolas.

Assim, objetivamos com esse texto problematizar noções que se destacam nos estudos de Ball no que se refere à teoria da atuação e a abordagem do ciclo de políticas. Nessa perspectiva, destacamos o conceito de ação política, e as ideias as quais está relacionado: contexto, prática, atuação, criação, interpretação e tradução, compreendidas como noções que enfatizam e colocam em cena a escola como produtora de políticas.

Vale salientar que este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica que objetiva refletir sobre as contribuições e possibilidades proporcionadas pelos estudos de Ball para pesquisa na e sobre a escola, principalmente. Interessa-nos, portanto, reforçar a importância de lançarmos novos olhares ao espaço escolar, de forma que seja possível entendê-lo como instância de criação e re-significação de práticas e políticas a partir da própria dinâmica que o compreende, e dos sujeitos/agentes que nele atuam.

Teoria da atuação: o contexto da prática como espaço formulador de ações políticas

Segundo Marcondes, Freund e Leite (2017) a teoria da atuação "parece constituir-se em uma ampliação das ideias que Ball e colaboradores já haviam indicado ao apresentar o ciclo de políticas, em especial, a dimensão atribuída ao contexto da prática" (p. 1.028), e é no livro *Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias* (Ball, Maguire e Braun, 2016), que temos a teoria da atuação de forma mais detalhada e pontual. Nele os autores apresentam os resultados de investigações realizadas em quatro escolas secundárias inglesas, compreendidas dentro do sistema que as constitui, na dinâmica de fatores contextuais, históricos e sócio-culturais que colocam a "política em ação". Assim, as escolas passam a ser vistas como o centro da atuação política, ou seja, lugar onde a política ganha materialidade.

Essa análise é tecida em torno do conceito de *enactement*. Vale salientar que a tradução do termo *enactement* em português admite diversos significados, e entre esses, o que mais se aproxima das ideias de Ball diz respeito ao sentido de *atuação*, tendo em vista que, para o autor "as políticas são interpretadas e materializadas de diferentes e variadas formas" e "os atores envolvidos têm o controle do processo e não são meros implementadores das políticas" (MAINARDES; MARCONDES, 2009, p. 315). Nesse sentido, o termo atuação imprime a ideia de ação política, de sujeitos escolares vistos como atores da política em ação, re-significada e produzida no contexto da prática.

Dessa forma, a teoria da atuação exige que compreendamos as práticas de acordo com os fatores macro que incidem sobre elas, e situa nossa compreensão na existência de uma permanente interação entre os fatores contextuais macro e micro compreendidos na lógica do ciclo de políticas. Em entrevista concedida à Mainardes e Marcondes (2009), Ball enfatiza que,

O ciclo de políticas é um *método*. Ele não diz respeito à explicação das políticas. É uma maneira de pesquisar e teorizar as políticas. [...] O ciclo de políticas não tem a intenção de ser uma descrição das políticas, é uma maneira de pensar as políticas e saber como elas são "feitas", usando alguns conceitos que são diferentes dos tradicionais como, por exemplo, o de *atuação* ou *encenação* (*enactment*) (p. 304-305, grifo dos autores).

Essa reflexão nos leva a compreender o processo de interpretação e produção das políticas, realizado pelos sujeitos escolares, como uma construção cotidiana que não condiz com possibilidades de conclusão, tendo em vista a própria dinâmica e fluidez do espaço escolar. Além disso, cada sujeito, partindo do pressuposto que interpreta de seu modo as políticas prescritas no contexto macro do sistema escolar, denota em sua interpretação aspectos que estão relacionados às concepções que formulam sobre os fenômenos educacionais, de forma

que esses aspectos passam a ser representados no processo de atuação.

Por conseguinte, pensar o processo de produção das políticas intenta em refletir sobre os contextos nos quais elas são criadas e ganham materialidade. No viés do ciclo de políticas destaca-se a abordagem dos contextos através da interdependência que há entre eles, no entendimento de que um contexto é compreendido no outro e através do outro, atribuindo significado a ideia de processo cíclico. Nesse processo, as políticas educacionais são “feitas” mediante os contextos: de influência, de produção de texto, e da prática, seguindo a lógica de política como discurso, como texto e como ação prática.

Com relação ao contexto de influência a abordagem nos indica que é nele “onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos” (MAINARDES, 2006, p. 51). Ou seja, é nesse contexto que os sentidos das políticas de avaliação e da educação como um todo, buscam significação dentro do jogo de disputa e interesses dos agentes políticos globais e locais, que atuam em prol da legitimação dos discursos políticos por eles desenvolvidos nas instituições sociais (BALL, 2001). Dizer isso, não significa afirmar que os conceitos surgem nesse contexto e são transmitidos aos outros contextos, pois deixaríamos de lado a compreensão de ciclo contínuo da própria abordagem. Assim, a leitura realizada é de que existe um contexto perpassado por constantes tensões, no qual as idéias são legitimadas e formam a base do discurso sobre política. Esse contexto representa as influências macrosociais das decisões e prescrições políticas nacionais e internacionais em relação mútua com as locais.

No segundo contexto mencionado, “os textos políticos normalmente estão articulados com a linguagem do interesse público mais geral” (MAINARDES, 2006, p. 52), e esses textos são apresentados em forma de documentos oficiais, pareceres, ofícios, portarias, entre outros, que representam os discursos políticos bem como os interesses e conceitos elaborados no contexto de influência. Dessa forma, assim como o contexto de influência, o contexto de produção de texto apresenta-se como espaço de disputas pelo controle das representações da política. Nele os textos políticos são vistos como a materialidade dos discursos e são resultados de diferentes concepções e agentes políticos, como assessores, técnicos do governo, especialistas e pesquisadores de diversas áreas.

Nesse sentido, posto o movimento cíclico anunciado pela abordagem do ciclo de políticas, tais textos articulados ao contexto de influência são vistos e vivenciados no contexto da prática, onde são traduzidos, interpretados, re-significados e recriados. Assim, de acordo com Mainardes (2006) é no contexto da prática que a política,

[...] está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e conseqüências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original. [...] o ponto-chave é que as políticas não são simplesmente “implementadas” dentro desta arena (contexto da prática), mas estão sujeitas à interpretação e, então, a serem “recriadas” (p. 53).

E, visto que os sujeitos escolares nessa perspectiva possuem um papel crítico de atuação no processo de interpretação e criação das políticas, suas crenças e valores interferem no significado que atribuem aos textos políticos no contexto das práticas. Sendo assim, o percurso de elaboração à efetivação de políticas não é neutro e nem linear, apresentando-se como processo de significação que implica enxergarmos a existência do protagonismo dos sujeitos escolares já que não são meros reprodutores, e suas atuações são caracterizadas por ações políticas.

Nessa perspectiva, ao problematizar a ideia de que políticas não são simplesmente implementadas no contexto da prática, Ball (2016) nos ajuda a compreender que as políticas são resultado de processos complexos inscritos em todos os contextos. Dessa forma, amplia a noção da produção de políticas descentralizada do poder do Estado, ao possibilitar o reconhecimento de que as políticas educacionais são constituídas em variados contextos e por sujeitos distintos. Além disso, essa perspectiva propicia a articulação entre política e prática contribuindo com a possibilidade de romper com a ideia de produção e implementação que as enxerga como instâncias separadas e opostas; levando em consideração que, “o ciclo contínuo de políticas consiste numa estrutura conceitual para o método das trajetórias das políticas, modelo que busca superar o binarismo entre produção e implementação” (FRANGELLA; OLIVEIRA, 2017, p. 23). E, nessa circularidade das trajetórias políticas visualizamos que a prática também é política.

Ademais, podemos pensar que a relação entre os contextos do ciclo de políticas não é seqüencial e se configura em uma análise mais complexa das políticas produzidas nesse ciclo contínuo, de modo que os contextos são interdependentes entre si e é impossível detectar os limites de cada um, dada a forma como estão interligados. Assim, a definição de nomenclaturas para cada contexto requer que as compreendamos a título de organização do pensamento dos autores, e não como uma indicação de que os contextos sejam separados, pois os mesmos podem ser pensados uns dentro dos outros.

Dentro dessa análise, as escolas são instâncias produtoras de políticas, circunscritas numa construção coletiva dos sujeitos/agentes em diferentes espaços e articuladas na relação entre os contextos macro e micro. E para Ball (2016), “conforme os professores se envolvem com a política e trazem a sua criatividade para apoiar a sua atuação, eles também são capturados por ela. Eles a alteram, em alguns aspectos, e ela os muda [...]” (p. 74), por isso além de um olhar atento ao contexto escolar, os processos de produção das políticas também demandam enxergarmos a criatividade dos sujeitos em atuação. Dessa maneira, a teoria da atuação “trata de começar por aquilo que acontece de fato em locais reais, com pessoas reais, ao invés de adotarmos a linearidade simples de implementação como tal, de uma forma que extingue e apaga a criatividade dos atores políticos e o desenvolvimento destes atores” Ball (in AVELAR, 2016, p. 07).

Nesse viés, o conceito de atuação é desenvolvido e embasado nos processos de interpretação e tradução que caracterizam a política transformada em ação. Esses processos embora distintos são interdependentes. De acordo com Ball (2016), “a interpretação é uma leitura inicial, um fazer sentido da política - o que este texto significa para nós? O que nós temos de fazer? Nós temos de fazer alguma coisa?” (p. 68). Assim, entendemos que as interpretações são produzidas como meio orientador da prática. Já a tradução é compreendida como, “[...] uma espécie de terceiro espaço entre política e prática. É um processo interativo de fazer textos institucionais e colocar esses textos em ação, literalmente “atuar” sobre a política” (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 69-70). Desse modo, o movimento de tradução passa a significar a prática, e, conseqüentemente as ações políticas desenvolvidas no cotidiano escolar.

Diante do exposto, consideramos que pensar ações políticas reconhecendo através da teoria da atuação o protagonismo dos sujeitos escolares e a criatividade exigida em suas atuações, significa pensar sobre práticas e políticas educacionais bem como sobre os contextos de produção das mesmas.

Algumas considerações

Ao compreendermos que ações políticas correspondem à atuação dos sujeitos escolares, fica evidenciado que estas são únicas. Isso nos leva a questionar não somente o modelo de políticas educacionais centrado na figura do Estado através do qual a escola é vista como lugar de implementação, como também implica pensarmos sobre a formulação das políticas pensadas de modo igual para todas as escolas, deixando de considerar suas diversas realidades. Nesse sentido, acreditamos que os estudos de Ball avançam na compreensão

da instituição escolar como espaço privilegiado de produção de políticas e práticas contingenciais e contextuais.

Através da teoria da atuação é possível perceber que a definição de contexto assenta-se em uma lógica de movimento entre os sentidos locais e globais na/pela escola, caracterizado pela prática dos sujeitos/agentes escolares no processo de atuação, ou seja, da política em ação refletida nos mecanismos próprios de interpretação e tradução de cada instituição escolar, vinculados a interesses, motivações e demandas dos diferentes sujeitos que atuam e influenciam o cotidiano da escola.

Desse modo, a teoria da atuação não apenas substitui a visão da escola como espaço de mera implementação de políticas ao passo que a concebe como produtora de políticas, mais contribui de modo marcante na compreensão de ação política dimensionada pela política colocada em ação, em contextos específicos e por sujeitos/agentes diversos. Assim, consegue enfatizar a ação dos sujeitos envolvidos no contexto da prática e o protagonismo de suas atuações cotidianas.

Referências

AVELAR, Marina. Entrevista com Stephen J. Ball: uma análise de sua contribuição para a pesquisa em política educacional. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 24, n. 24, Universidad de San Andrés y Arizona State University, 2016.

BALL, Stephen J. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.2, p.99-116, Jul/Dez 2001.

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres; OLIVEIRA, Meyre-Ester Barbosa de. Políticas curriculares e formação de professores: isto ou aquilo? Ou o mesmo? In: **Currículo e formação de professores: sobre fronteiras e atravessamentos**. Curitiba: Editora CRV, p.21-42, 2017.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 27, n. 94, p. 47- 69, Jan./Abr. 2006.

MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, Jan./Abr. 2009.

MARCONDES, Maria Inês; FREUND, Cristina; LEITE, Vania Finholdt. Uma nova abordagem ao estudo das políticas educacionais. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v. 12, n. 3, p. 1028-1034, Set./Dez. 2017.